



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUDIOVISUAL

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria Estadual de Cultura

No dia 20 de setembro de 2024, às 14h30min, no formato virtual, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho de Audiovisual do Estado de Pernambuco. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Alexandre Soares Taquary; William Tenório; Cynthia Falcão; Adriana Barros; Anna Andrade; Cecília da Fonte** e os Conselheiros(os) Suplentes: **Caio Cagliani de Oliveira; José Cleiton Severino de Lima; Wllyssys Wolfgang; Marcos Carvalho; Renan Peixe; João Marcelo Alves; Paulo Ricardo.** **INFORMES.** **1.1** - Noronha 2B; **1.2** - Regionalização (a importância de mantermos o equilíbrio na distribuição dos recursos em todas as ações e editais); **1.3** - Obic (Wllyssys representando o CEPC e Cynthia Falcão representando o Conselho Audiovisual); **1.4** - Arranjos regionais (Maria); **1.5** - Prazo de execução LPG nos contratos: existe uma divergência nos contratos x edital da LPG para longas, séries e telefilmes. No contrato padrão fala de prazo de 12 (doze) meses para execução, mas o edital dava 36 (trinta e seis) meses. Em algum momento será necessário fazer um aditivo ou lançar alguma determinação geral sobre isso. É uma questão simples de correção e encaminhamento, mas acho importante a gente puxar essa questão; **1.6** - Contrapartida dos Equipamentos Incentivados - gostaria de saber quais contrapartidas os equipamentos que receberam os recursos da LPG (Cinema São Luiz e Guarany, R\$ 4mil) e da PNAB (esse ano, o Museu Cais do Sertão, R\$ 5,1) darão como, por exemplo, pautas para exibições ou ações. E, como seria isso para todo o estado; **1.7** - Relatório - Tenho sido procurado por produtores (as) que já realizaram os projetos (menores) e gostariam de encaminhar os respectivos relatórios. Este tópico seria para termos uma posição de quando está disponível; **1.8** - Construção, acompanhamento e execução do Conselho na PNAB (solicitar que marquem uma conversa para dialogar com o conselheiro da cadeira de audiovisual do CEPC e juntos alinharem todas as atualizações que estão sendo repassadas); **PAUTA.** **01.** Festival de Cinema de Triunfo (Maria Samara); **02.** Reabertura do Cinema São Luiz e contrapartidas dos equipamentos (LPG) (Valkiria Dias); **03.** Avaliações e encaminhamentos do Edital do Funcultura Audiovisual 2024/2025 (Wllyssys Wolfgang); **04.** Festcine (Marcos Carvalho). **Amanda Carneiro**, Secretária da Casa dos Conselhos, deu início à terceira reunião do Conselho Consultivo Estadual de Audiovisual no dia 20 de setembro. Ela iniciou a atividade solicitando a presença dos participantes, pedindo que, ao mencionar o nome do titular e a representação, os presentes confirmassem sua presença ou indicassem quem seria o suplente caso não estivessem. Após a confirmação da presença de todos os representantes,

Amanda informou que a reunião seria conduzida pela Coordenadora de Audiovisual, Maria Samara, que se apresentou, assim como Karla Fagundes, também da equipe. Amanda explicou que colocaria os pontos a serem tratados na reunião no chat para que todos pudessem acompanhar. Em seguida, passou a palavra para Maria Samara, ressaltando que ela debateria cada ponto dos informes um a um e que os participantes poderiam levantar a mão para tirar dúvidas antes de avançar para o próximo assunto. Amanda também lembrou sobre o limite de três minutos para as explanações de cada um.

Maria Samara iniciou sua fala agradecendo a presença de todos na reunião. Informou que a Coordenação de Audiovisual, a Secretaria de Cultura e a Fundarpe apoiaram o festival de cinema "Noronha to Be", que ocorreu em Fernando de Noronha durante cinco dias, com a participação da equipe por dois dias. Ela explicou que a curadoria de audiovisual foi uma contrapartida para o evento, onde solicitaram a exibição de filmes pernambucanos, compreendendo as macrorregiões do estado, incluindo Recife, Olinda, Sertão e Agreste. Mencionou que um dos filmes exibidos foi sobre Lia, que foi homenageada no festival. Maria também destacou a relevância do festival na discussão sobre a política pública de audiovisual e sua relação com o turismo, com a participação de representantes do governo federal, estadual, Netflix e outras instituições. O evento foi organizado por Zeca Brito e Frederico Ruas, e teve o apoio de diversas entidades públicas e privadas. A participação da Coordenação de Audiovisual incluiu a curadoria de conteúdo para o festival e a solicitação de apoio para a presença da Secretaria de Cultura, Cacau, para discutir temas relacionados ao turismo e audiovisual. **Willyssys Wolfgang** apresentou-se como produtor cultural e cineasta de Petrolina, no extremo do Estado, e suplente no Conselho Consultivo do Audiovisual, representando o Sertão, enquanto William Tenório é o titular. Ele mencionou a importância da regionalização e a necessidade de manter o equilíbrio na distribuição dos recursos em todas as ações e editais. Willyssys destacou a relevância da descentralização dos recursos, afirmando que discutiram essa questão em grupo. Ele planejou se alongar mais sobre o tema na pauta do Funcultura, mencionando que possui um levantamento de dados e resultados. Ele ressaltou que a distribuição atual dos recursos indica que cerca de 70% são destinados à região metropolitana, o que é inversamente proporcional à população e às diretrizes de outros editais adotados recentemente. Willyssys prometeu detalhar melhor essas informações em sua apresentação para evitar redundâncias. Willyssys também abordou o próximo ponto sobre a OBIC, mencionando a participação dele e de Cynthia Falcão, que representava o Conselho Consultivo. Ele destacou a importância de coletar números e dados sobre os editais, enfatizando que a OBIC pretende realizar isso de forma individualizada, já que nem todos têm acesso aos editais. Willyssys fez um apelo para que os conselheiros levassem a informação para suas bases e incentivou que não anexassem documentos, já que o processo seria rápido e baseado no mapa cultural. Ele informou que a OBIC estava no ar há duas semanas e ficaria disponível por sete meses, com o trabalho sendo coordenado por Danilo e sua equipe na Secult. Willyssys, assim como Cynthia, estava apenas acompanhando o processo. Ele agradeceu e ressaltou que, apesar dos desafios de preencher diversos formulários, como os do Funcultura e da OBIC, o esforço valia a pena. **Maria Samara** abordou o ponto sobre os Arranjos Regionais, informando que entrou em contato com Milena Evangelista, da Secretaria do Audiovisual, que confirmou a retomada do programa de Arranjos Regionais. Milena informou que já houve uma deliberação no Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, com a previsão de encaminhamento de 300 milhões de reais para o programa. No entanto, os critérios de elegibilidade e regras ainda estavam sendo definidos. Maria explicou que o programa seguirá um modelo semelhante ao anterior, com um processo de adesão de estados e municípios e contrapartidas, onde os estados e municípios investem um valor e o fundo

complementa, multiplicando esse montante conforme a região. Apesar da estrutura básica permanecer, ainda não havia detalhamentos sobre o edital ou valores por estado. Ela ressaltou que o programa será lançado até o final do ano e que continuará atualizando as informações conforme o processo avançar. Maria explicou que foram lançados quatro editais de audiovisual pela LPG, destacando que o edital de Ações Criativas para o audiovisual tem algumas categorias com prazo de execução de até 36 meses. Esse prazo se aplica a categorias como longa-metragem, telefilmes, obras seriadas e o edital de salas de cinema. Maria informou que está aguardando um parecer jurídico sobre como essa questão será formalizada nos contratos e, assim que obtiver uma resposta, irá comunicar no grupo. Ela se colocou à disposição para esclarecer dúvidas. **Willyssys Wolfgang** levantou a dúvida sobre se haverá a necessidade de um aditivo contratual ou se a Secult poderá emitir uma publicação determinando a extensão do prazo de execução dos projetos para até 36 meses. Ele explicou que o contrato padrão atual estipula 12 meses de execução, e sem um aditivo ou uma determinação oficial, os contratos se tornariam irregulares após esse período. A dúvida central é se será feita uma modificação formal nos contratos ou se uma publicação oficial poderia resolver a questão juridicamente. **Maria Samara** esclareceu que estão aguardando o parecer jurídico sobre a questão do aditivo ou de uma nota explicativa, garantindo que a intenção não é prejudicar os envolvidos nem causar transtornos. Assim que o parecer sair, todos serão informados, e a decisão será publicada para evitar dúvidas ou contradições. Ela também mencionou que o relatório de execução do objeto está em fase final e será publicado em breve no Mapa Cultural. Alguns já finalizaram a execução de propostas, e o relatório será preenchido na plataforma em breve. **Paulo Ricardo** perguntou, em relação à LPG, se o prazo de execução começaria a contar a partir da assinatura do termo de compromisso ou somente quando os recursos fossem depositados na conta, já que o dinheiro ainda não havia sido recebido. **Maria Samara** explicou que, de acordo com o edital, o prazo de execução começa a partir da assinatura do termo. No entanto, se houver necessidade de prorrogação, os componentes podem enviar um ofício solicitando essa extensão. **Willyssys Wolfgang** levantou a questão da curiosidade sobre a existência de um prazo limite para a Secult realizar a prestação de contas. Ele mencionou que outros gestores com quem conversou tinham prazos estabelecidos, como, por exemplo, até 31 de dezembro. Ele destacou que, se os pagamentos dos projetos fossem atrasados, os projetos pagos mais tarde teriam, na prática, menos tempo para execução. Ele perguntou se isso também se aplicava à Secult, observando que esse tipo de situação acontece em alguns municípios. **Amanda Carneiro** informou que iria buscar a resposta para a pergunta de Willyssys enquanto Maria Samara continuava falando. Ela pediu que Willyssys lhe enviasse uma mensagem privada no WhatsApp para facilitar a comunicação e prometeu trazer a resposta em breve. **Maria Samara** abordou a questão da contrapartida dos equipamentos incentivados, respondendo a uma pergunta de Willyssys, e mencionou o cinema São Luiz. Ela informou que a pauta sobre a reabertura do São Luiz seria discutida, mas a superintendente Valkiria Dias, que estava à frente dos equipamentos culturais, não pôde participar. Maria destacou que o cinema está previsto para reabrir na primeira quinzena de novembro. Em relação à contrapartida, explicou que seguirão as diretrizes da Lei Paulo Gustavo, com exibições voltadas para estudantes de escolas públicas e filmes nacionais. Além disso, ressaltou a intenção de exibir filmes pernambucanos, especialmente os produzidos com recursos da LPG. A programação diária incluirá exibições gratuitas, e ela se colocou à disposição para esclarecer dúvidas. **Willyssys Wolfgang** levantou a questão sobre a distribuição dos recursos da Lei Paulo Gustavo (LPG), enfatizando que esses recursos deveriam beneficiar todo o estado, não apenas as reformas do Cine São Luiz e do Cine Guarany, que receberam recursos integrais. Ele

questionou como esses equipamentos culturais poderiam oferecer contrapartidas não apenas para o público, mas também para os produtores locais. Wllyssys sugeriu que a Secretaria de Cultura (Secult) mantivesse em consideração a importância de esses espaços oferecerem contrapartidas que beneficiem produtores de todo o estado, e não apenas o público da região metropolitana. Ele destacou a necessidade de que produtores de áreas mais afastadas, como Araripina, Serra Talhada, Arcoverde e outras cidades, também tenham acesso a esses espaços para exibição de seus trabalhos, facilitando a difusão de produções estaduais. **Maria Samara** concordou com a importância da questão levantada e reconheceu que esse é um princípio e um dos objetivos em relação ao Cine São Luiz e ao Cine Guarany. Ela mencionou que essa questão já estava no radar da equipe e se dispôs a solicitar uma conversa com Valkiria para discutir a programação e entender como poderiam atender à demanda apresentada. Maria destacou a trajetória de Valkiria, que havia atuado como coordenadora na Fábrica de Criação Popular em Triunfo, ressaltando seu olhar sensível para dinamizar a difusão e exibição de filmes no estado. Ela enfatizou que a proposta de contrapartidas não escapava dos objetivos pensados para esse momento e se mostrou disposta a viabilizar a conversa entre os conselheiros e Valkiria para sistematizar ideias e programações em conjunto. **Cynthia Falcão** questionou sobre como seria a curadoria do Cine São Luiz e destacou a importância de alinhar esse aspecto, já que Maria mencionou que a gestora do cinema estava aberta para conversas sobre o assunto. Ela sugeriu que essa questão fosse colocada no radar, considerando que ainda estava em aberto a definição de como a curadoria seria realizada. **Maria Samara** comunicou que haveria um programador em contato com a coordenação para pensar na programação do Cine São Luiz. Ela trouxe essa discussão para a reunião, visando alinhar as ideias. **Maria Samara** concordou com Wllyssys e decidiu fazer um pedido a Valkiria para que se reunissem de forma pública. Ela se comprometeu a convocar o máximo de produtores e a convidar também os grupos e redes envolvidas para participar da conversa, considerando isso importante. **Anna Andrade** destacou a importância da reabertura do São Luiz e lembrou que o recurso destinado à reforma é público, devendo beneficiar os produtores. Ela enfatizou que essa contrapartida é crucial. Além disso, sugeriu a necessidade de iniciar conversas sobre um edital público para programadores de cinema, ressaltando a importância de que o espaço seja ocupado democraticamente. Anna mencionou o histórico de indicações no São Luiz e a relevância de incluir diversidade na programação, citando a primeira programadora negra do cinema pernambucano, Bruna Tavares, no Sertão do Pajeú. Ela concluiu sugerindo que a pauta sobre a democratização do espaço deve ser debatida, considerando sua importância para a formação de profissionais. **Wanessa Santos** relatou sobre a pauta 1.8, que envolvia o acompanhamento e a execução do Conselho na PNAB. Ela explicou que, no início do processo de construção do plano de trabalho da Política Aldir Blanc do Governo do Estado, a Secretaria de Cultura realizou escutas presenciais e remotas entre 15 de fevereiro e início de abril. A equipe da Secretaria esteve engajada para ouvir não apenas os conselhos de cultura, mas também a sociedade civil, que se mobilizou para garantir a participação de todos. Durante esse período, foram apresentadas propostas e registradas as demandas prioritárias da sociedade para a implementação do plano de trabalho. A escuta sobre a linguagem audiovisual ocorreu em 5 de março, de forma remota, e no dia 18, focando na linguagem visual. Além da participação de membros da sociedade civil, a equipe da Secretaria, incluindo a gerência de política cultural e o OBIC, também esteve envolvida, sistematizando e apresentando um relatório com as propostas para o PAAR. **Amanda Carneiro** informou que a apresentação do PAAR foi realizada em maio, onde foi feito todo o planejamento e entrega do projeto. Desde então, a equipe começou a trabalhar em todos os editais e premiações. Ela destacou que em uma reunião do Conselho

Estadual de Políticas Culturais, onde foi reiterada a decisão de não prorrogar os prazos, conforme já avisado pela secretaria executiva de gestão, Ana Paula. As inscrições permanecerão abertas por 15 dias, e o cronograma seria compartilhado nos grupos para que todos tivessem acesso à informação. Amanda enfatizou que a sociedade civil não deveria solicitar a prorrogação, pois isso comprometeria o processo e dificultaria a execução dentro do cronograma estabelecido. O lançamento do cronograma ocorreria na próxima semana, com uma coletiva de imprensa marcada para o dia 24, no Caís do Sertão, às 15 horas. O convite para a coletiva seria enviado aos grupos, e ela se colocou à disposição para responder a quaisquer dúvidas adicionais. **Anna Andrade** compartilhou suas preocupações com os prazos e o impacto que eles têm sobre os trabalhadores do audiovisual e outras categorias. Ela criticou a falta de consideração da gestão, apontando que, apesar das escutas realizadas, os prazos impostos adoecem os profissionais, que precisam interromper suas vidas para atender às exigências. Anna destacou que, embora os trabalhadores se esforcem para submeter projetos, a gestão não cumpre os prazos de pagamento, assinatura de contratos e desembolso de recursos. Ela expressou frustração com a postura da administração, que afirmou não haver prorrogações, o que, segundo ela, demonstra desconsideração com os trabalhadores. Anna também mencionou o impacto negativo sobre a saúde mental dos profissionais, que, após os processos de edital, ficam esgotados e doentes. Ela registrou sua insatisfação, apontando a falta de cuidado da gestão com os que fazem a cultura e geram emprego e renda. **Amanda Carneiro** reconheceu as preocupações levantadas e afirmou entender a perspectiva, pois também já atuou como produtora cultural e artística antes de trabalhar na gestão. Ela ressaltou que as escutas para o audiovisual ocorreram, mas com baixa participação, e reforçou que o conselho de audiovisual é consultivo, não deliberativo, o que não impede que a sociedade civil seja ouvida. Amanda sugeriu a criação de um grupo específico para o audiovisual, unindo conselhos e comissões, para facilitar o compartilhamento de informações e documentos. Ela destacou que o Conselho de Políticas Culturais, que é deliberativo, também teve escutas, resultando em novos prêmios na PNAB, fruto de diálogos contínuos. Por fim, ela reafirmou o compromisso de fornecer o cronograma das inscrições e se colocou à disposição para organizar reuniões extraordinárias, caso necessário, para melhorar a dinâmica de comunicação entre a gestão e os produtores. **Wanessa Santos** reconheceu a fala de Ana, explicando que o processo acelerado acaba desestabilizando os agentes culturais, mas há normas e prazos a seguir. Ela destacou que o prazo mínimo é necessário para que todos os pagamentos sejam realizados até dezembro, tanto para os prazos de fomento quanto para as escutas realizadas. Wanessa mencionou que mais de 30 dias foram dedicados a escutar a sociedade civil, por meio de plataformas remotas, presenciais e o Mapa Cultural, onde agentes puderam participar via formulário. Essas contribuições resultaram nas propostas apresentadas no PAAR. Ela informou que o evento de divulgação e apresentação seria no dia 24, seguido das inscrições no Mapa Cultural no dia 27. Embora o prazo seja apertado, o objetivo é concluir todos os pagamentos até dezembro de 2024. **Cynthia Falcão** expressou tristeza por ver que, apesar de a gestão ser composta majoritariamente por mulheres negras com vasta experiência em produção e gestão cultural, ainda enfrentavam dificuldades. Ela destacou que esse cenário representa um dos melhores em termos de identificação e representatividade, mas lamentou que, mesmo assim, não estivessem conseguindo avançar. Cynthia afirmou que não acreditava que as dificuldades fossem por falta de vontade das gestoras, mas sim por limitações impostas pelas normas. Ela criticou o prazo de 15 dias para a produção cultural, sugerindo que poderia ser estendido para 30 dias, uma vez que sabiam como era difícil para quem estava na ponta do processo. Ela considerou interessante a proposta de unir a representação do audiovisual no CEPC ao conselho consultivo do audiovisual, lembrando

que, no passado, o CEPC não dava importância ao segmento audiovisual, e que foi preciso muita luta para criar a comissão setorial do audiovisual. Cynthia frisou a importância de descentralizar as decisões, levando em consideração falas como a de Wllyssys, que questionava a centralização na região metropolitana. Por fim, ela destacou que a política pública do audiovisual deveria ser construída no conselho consultivo, conforme a lei de 2014, e que era crucial cumprir essa lei. Ela concluiu dizendo que, apesar de estar feliz por estar com todos, sentia tristeza por não estarem fazendo o melhor que poderiam naquele momento. **Maria Samara** introduziu a pauta sobre o Festival de Cinema de Triunfo, ressaltando sua importância para migrantes, moradores do Sertão, interior e Recife, além de destacar seu papel na formação de diversas pessoas. Ela explicou que o festival foi adiado devido a uma reforma no Teatro Cinema Guarany e agora está previsto para acontecer em dezembro, com a divulgação dos filmes no dia 24. Ela mencionou que, ao fazer um levantamento das edições anteriores, percebeu que apenas uma vez uma pessoa de Triunfo, Nelson Triunfo, foi homenageada. Para melhorar a representatividade local, foram feitas escutas e visitas técnicas a quilombos e à comunidade artística local. O festival, segundo Maria, recebe críticas por não atrair o público de Triunfo, sendo visto como um evento voltado para Recife. Em resposta a essas críticas, a coordenação decidiu homenagear, este ano, Teco de Agamenon, um artista local, Diana Rodrigues, historiadora e guardiã da história do Cinema Guarany, e Jéssica Caetano, cantora e figura relevante na musicalidade dos filmes produzidos na cidade. Embora tenham encontrado outras histórias incríveis, foi decidido homenagear essas três pessoas neste ano. **Marcos Carvalho** expressou sua emoção e satisfação ao ouvir as falas de Anna e Cynthia, solidarizando-se como produtor cultural, entendendo as dificuldades do setor. Ele demonstrou grande alegria ao saber da decisão da coordenação do Festival de Cinema de Triunfo em homenagear filhos da terra do Sertão, especialmente pessoas como Teco de Agamenon, Diana e Jéssica Caetano. Marcos elogiou a escolha, destacando o trabalho de Teco, com quem colabora há mais de 15 anos, e mencionou o reconhecimento merecido pelos homenageados. Ele declarou seu amor pelo Festival de Cinema de Triunfo, considerando-o um evento grandioso para a cinematografia, especialmente do Sertão e interior de Pernambuco, e parabenizou a coordenação pela decisão. **Maria Samara** expressou emoção e felicidade com o comentário anterior e deu continuidade destacando as atividades planejadas para o Festival de Cinema de Triunfo. Ela mencionou a realização da oficina de crítica voltada para a formação do júri popular, destinada a pessoas de Triunfo, e uma parceria que possibilitou uma oficina com estudantes quilombolas, incluindo um aluno de 91 anos. Além disso, haverá uma oficina de distribuição voltada para artistas e profissionais em seus primeiros projetos de curta-metragem, com a participação de Anna. Ela destacou a importância de oficinas de distribuição e mencionou a inclusão, na divulgação do festival, de uma personagem cultural local, as "velhinhas", que geralmente são menos destacadas em comparação aos "caretas". Em resposta às críticas dos moradores sobre o horário dos debates, propôs que eles ocorram após as sessões de filmes, permitindo maior participação dos habitantes de Triunfo. Ela concluiu afirmando que a coordenação busca atender aos desejos dos produtores locais e garantir maior envolvimento da comunidade no festival. **Paulo Ricardo** comentou que, em resposta à fala anterior, ele promove uma amostra em Surubim onde as exibições acontecem mais cedo e os debates ocorrem logo após. Segundo ele, esses debates são sempre muito calorosos e apreciados pelos realizadores, pois conseguem engajar o público que acabou de assistir aos filmes. Ele concluiu dizendo que essa proposta seria muito boa. **Wllyssys Wolfgang** iniciou fazendo um preâmbulo sobre o funcionamento do levantamento de contribuições para o edital. Ele mencionou que faz parte da Ripa, uma rede interiorana de produtores, artistas e técnicos, destacando

o diálogo com o pessoal do interior de Pernambuco. Ressaltou que, apesar da grande produção no interior, há uma invisibilidade devido à falta de acesso e representatividade nos números, mas isso tem mudado com o esforço de construir políticas públicas mais inclusivas e democráticas. Ele enfatizou a importância de descentralizar a cultura e a distribuição de recursos, lembrando que o Sertão ocupa quase 70% do território do estado, o que exige uma construção mental mais ampla para entender as necessidades regionais. Apontou as dificuldades de intercâmbio entre cidades distantes no interior, como Petrolina e Arcos. Wllyssys mencionou que, ao assumir a tarefa de reunir contribuições, buscou sugestões de produtores audiovisuais em diversos grupos, destacando a importância de abordar a burocracia e a distribuição de recursos, especialmente em projetos maiores, como longas-metragens. Ele observou que a participação do interior em editais de audiovisual é inferior a 30%, enquanto a região metropolitana fica com 70% ou mais dos recursos. Apesar de um recente resultado mais equilibrado, com 6 dos 10 projetos de formação contemplando o interior, Wllyssys apontou que o edital ainda garante apenas uma vaga para o interior. Ele também destacou que a categoria de finalização e distribuição de longas-metragens ainda está concentrada 100% na região metropolitana, o que ocorre em várias das 14 categorias do edital. Por fim, mencionou que havia coletado 22 propostas de melhorias, fruto de um trabalho coletivo. **Maria Samara** sugeriu que fosse feito um resumo do documento, enfatizando a importância de compilar os pontos principais devido à limitação de tempo. Ela lembrou que as contribuições deveriam ser enviadas pelo processo no SEI para a Fundarpe, e que o grupo de trabalho (GT) estava aberto a novas sugestões, convidando os representantes dos conselhos a participarem. Maria propôs que, após a compilação das informações, uma reunião fosse agendada para apresentar a sistematização dos documentos. Ela ressaltou que seria necessário organizar uma reunião extraordinária para debater as sugestões a serem enviadas ao Funcultura, uma vez que ainda havia contribuições pendentes de algumas pessoas. **Wllyssys Wolfgang** destacou que o documento apresentado era fruto de uma construção coletiva, compilado a partir de contribuições de várias instituições e pessoas. Ele incentivou os participantes a compartilharem e utilizarem as informações do documento para o formulário do Funcultura. A primeira sugestão abordada foi a simplificação da prestação de contas, permitindo a aceitação de relatórios, o que ajudaria a desburocratizar e reduzir custos e sobrecargas para os artistas. Wllyssys também sugeriu que o desembolso de recursos fosse feito de forma parcelada e não única, para facilitar a execução de projetos. Além disso, ele mencionou a necessidade de dinamizar os cronogramas de inscrição, evitando arrastar processos por longos períodos. Outros pontos abordados incluíram a publicação de erratas para atualizações, a transparência na atualização de valores do Funcultura, e a importância de permitir que proponentes escolham projetos se forem contemplados em mais de um edital. Wllyssys também enfatizou a necessidade de uma distribuição mais equitativa dos recursos entre as regiões, sugerindo que cada uma das quatro regiões do estado garantisse pelo menos dois projetos em categorias específicas. Ele finalizou mencionando a importância de revisar a categoria de acessibilidade e legendagem para produção de longa-metragem, e convidou todos a discutirem e contribuírem com os 22 pontos apresentados no documento. **Marcos Carvalho** mencionou a importância do festival para o desenvolvimento do audiovisual pernambucano, destacando que o evento chegou à sua décima primeira edição em 2019. Devido à pandemia de COVID-19, o festival não ocorreu em 2020, e nem em 2021. Em 2022, o festival de Triunfo foi realizado, mas o Festcine não aconteceu. Em 2023, Triunfo ocorreu novamente, mas o Festcine continuou ausente, totalizando quatro anos sem a realização desse evento. Ele enfatizou que o Festcine, promovido em parceria com a Prefeitura Municipal do Recife e o Governo do Estado, é crucial para Pernambuco, pois

oferece uma plataforma para que produções do interior sejam exibidas ao público da capital. O festival, que conta com várias categorias e premiações, é visto como uma oportunidade valiosa para o intercâmbio cultural. Marcos fez um apelo para a retomada do Festcine e compartilhou um link para uma matéria no site do Governo do Estado que aborda a trajetória do festival e a visibilidade que proporcionou a muitos artistas. **Anna Andrade** fez um comentário para reforçar que, além dos profissionais que trabalham com curtas e longas-metragens, o festival é uma importante janela de exibição para quem produz videoclipes e obras experimentais, que frequentemente não têm espaço nos circuitos tradicionais de festivais e mostras. Ela agradeceu a Marcos pela sua fala e questionou sobre a gestão do festival, solicitando informações sobre possíveis compromissos para abrir um canal de comunicação a fim de retomar o debate sobre o evento. Anna destacou que a sala de cinema São Luiz poderia ser a principal janela de exibição para as obras audiovisuais pernambucanas e expressou a necessidade de retomar essa discussão, uma vez que o festival havia sido abandonado e esquecido, sem mais menções ou iniciativas. Ela enfatizou a importância do festival na trajetória dos profissionais que atuam na área audiovisual. **Maria Samara** comprometeu-se a retomar a pauta relacionada ao festival, enfatizando que se tratava de uma política muito importante. Ela planejou levar essa questão à secretaria executiva e estudar as possibilidades para a retomada do evento. Maria expressou satisfação por a pauta ter sido trazida à tona e destacou que iniciaria um estudo sobre o festival, apresentando os resultados para Yasmim, além de se comprometer a trazer uma resposta na próxima reunião. Ela mencionou a urgência de discutir o Funcultura e sugeriu alinhar uma data para uma reunião extraordinária com o grupo, a fim de compilar contribuições e sugestões. Maria ainda aguardava o retorno de algumas pessoas para que todas as informações fossem enviadas em conjunto. **Amanda Carneiro** sugeriu abrir um calendário no grupo para a próxima semana, considerando a urgência dos prazos e a necessidade de obter contribuições da maioria. Ela propôs realizar uma reunião extraordinária nos dias 26 ou 27 à tarde, entre 14h30 e 17h30, para apresentar o documento de Wllyssys. Amanda destacou a importância dessa demanda e solicitou que os membros do grupo indicassem suas disponibilidades para que a reunião pudesse ser organizada. **Maria Samara** propôs que as reuniões ocorressem na semana seguinte, destacando a importância desse cronograma devido ao prazo necessário para envio das contribuições. Ela sugeriu compilar as informações de quem não conseguisse elaborar o documento e mencionou a possibilidade de trazer algumas diretrizes de fala, que poderiam ser anotadas durante a reunião. Maria acredita que essa abordagem poderia facilitar a participação de todos, especialmente daqueles que estavam mais ocupados. **Amanda Carneiro** apoiou a proposta dos conselheiros, considerando a decisão importante e sugerindo que fosse tomada logo. Ela destacou que a escolha da data deveria ser feita em grupo, recomendando que fosse aberta uma enquete para facilitar a decisão. Amanda afirmou que a equipe estaria à disposição para dar suporte na organização do evento. Ela também mencionou a demanda relacionada ao FestCine, sugerindo que Maria levasse essa pauta à secretaria executiva para que pudesse ser formalizada como informe na próxima reunião. Além disso, afirmou que a ata incluiria todos os encaminhamentos discutidos. **Maria Samara** solicitou que fosse indicada uma data para sugerir uma reunião com Valkiria, a fim de discutir o que Wllyssys mencionou sobre a contrapartida para os produtores, considerando a reabertura do São Luiz e a reforma do Guarany. Ela sugeriu que o grupo também propusesse a data para que a reunião com Valkiria pudesse ser agendada. **Anna Andrade** questionou se haveria uma relatoria da reunião e sugeriu que, caso fosse feita, fosse compartilhada no grupo do Conselho. A partir disso, recomendou que se convocasse a reunião com São Luiz, e que o compromisso fosse

assumido no GT para definir quando essa reunião de apresentação e alinhamento dos pontos poderia ocorrer. Ela destacou a importância de dividir as responsabilidades para evitar sobrecarga de demandas no Conselho, enquanto a gestão poderia articular com São Luiz. **Amanda Carneiro** garantiu que a ata estaria pronta até a quarta-feira da próxima semana. Ela afirmou que iria compartilhá-la no grupo, dando alguns dias para que todos revisassem o conteúdo. Além disso, mencionou que a gestão, por meio da Coordenadoria de Audiovisual, já começaria a agir nas questões que dependem mais deles do que do Conselho. **Willyssys Wolfgang** mencionou que, ao apresentar um documento, deixou de abordar um tópico referente à categoria "pesquisa e preservação" no edital de audiovisual. Ele ressaltou que essa categoria, historicamente voltada para a academia, é importante, especialmente para o estudo do cinema. No entanto, sugeriu que também fosse incluída a "mobilidade artística", destacando que outros estados, como Bahia e Alagoas, já possuem editais com valores de 7 a 15 mil reais para essa finalidade. Ele explicou que a mobilidade artística permitiria a capacitação em outros locais, com a exigência de uma contrapartida local, onde o conhecimento adquirido seria compartilhado na comunidade ao retornar. Por fim, pediu que essa proposta fosse considerada no documento, uma vez que havia esquecido de mencioná-la. **Amanda Carneiro** agradeceu a todos os presentes na reunião, informando que as demandas discutidas seriam comunicadas ao grupo. Ela ressalta a importância de manter essa comunicação ativa. Agradeceu também à sua equipe da Casa dos Conselhos e mencionou que as presenças seriam registradas, mesmo para aqueles que não responderam à frequência. Por fim, expressou sua gratidão à Maria pela condução da reunião e afirmou que em breve estariam juntos novamente. Nada mais a tratar deu por encerrada a reunião e eu, **Samara Maria de Almeida**, Secretária do Conselho Consultivo de Audiovisual, lavrei a presente Ata, que depois de achada conforme, serão assinados por mim e pelos (as) demais Conselheiros (as) presentes na Reunião.

Samara Maria de Almeida (Secretária)

Alexandre Soares Taquary

William Tenório

Cynthia Falcão

Adriana Barros Vitor

Anna Paula Andrade

Cecília da Fonte

Caio Cagliani de Oliveira

José Cleiton Severino de Lima

Marcos Carvalho

Renan Peixe

João Marcelo Alves

Paulo Ricardo

Willyssys Wolfgang